



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

5ª. TURMA

A conclusão deste acórdão foi publicada no Diário Oficial da Justiça do Trabalho, edição de / /2010.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 0131600-67.2009.5.05.0034RecOrd
RECORRENTE(s): Companhia de Transportes de Salvador - Cts
RECORRIDO(s): Ministério Público do Trabalho e Outros (2)
RELATOR(A): Desembargador(a) PAULINO COUTO

DANO MORAL COLETIVO. REPARABILIDADE. Existem determinadas condutas que atentam contra o patrimônio valorativo de certa comunidade, afetando, assim, não só os indivíduos que a compõem, mas a própria esfera extrapatrimonial coletiva. A massificação das relações jurídicas cria uma litigiosidade de massa, a qual não pode deixar de ser contemplada pelo direito, sob pena do descumprimento do seu papel fundamental de pacificador dos conflitos sociais. Os direitos da personalidade sofrem diretamente este influxo, evoluindo para também ostentarem uma dimensão coletiva.

A COMPANHIA DE TRANSPORTES DE SALVADOR – CTS, ré nos autos da ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, interpõe RECURSO ORDINÁRIO contra a sentença de fls. 523/528, pelos motivos expendidos às fls. 565/594. Preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Contra-razões às fls. 602/606. A Procuradoria Regional do Trabalho manifestou-se às fls. 614. É O RELATÓRIO.

VOTO

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SR. LUIZ HEBERT SILVA MOTTA OU DO FUTURO DIRETOR-PRESIDENTE

A recorrente renova a aludida preliminar, sob o argumento de que a demanda não pode ser ajuizada em face de um cargo ou do ocupante deste, por faltar-lhe capacidade processual. Alega, ainda, ser a CTS a titular do interesse contraposto ao defendido pelo autor, e não



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

seu diretor-presidente. Por fim, arrazoa existirem atos que ultrapassam os poderes decisórios do diretor-presidente, ao qual não podem ser imputados.

Prospera a preliminar aventada.

Malgrado a condenação solidária do gestor público represente um avanço na busca de maior efetividade para as decisões do Poder Judiciário, a sua consecução, ao menos nos moldes engendrados pela sentença de base, esbarra em intransponíveis questões técnico-jurídicas.

Não se pode responsabilizar alguém por obrigação de fazer que escape de sua alçada. A realização de concurso público ou a abstenção de contratar bilheteiros por empresa interposta não depende exclusivamente do Sr. Luiz Hebert Silva Motta ou de quem venha a ocupar o cargo de diretor-presidente da recorrente.

Isto ocorre porque a recorrida possui uma estrutura complexa de poder, integrada por outros órgãos que também ostentam autoridade decisória. Assim, é possível que a CTS descumpra o comando condenatório sem que o Sr. Luiz Hebert Silva Motta ou o futuro diretor-presidente concorra, comissiva ou omissivamente, para este ato.

Além disso, é vedada a invasão ao patrimônio jurídico de uma pessoa que não tenha integrado subjetivamente a demanda. Deste modo, como condenar o futuro ocupante do cargo de diretor-presidente, se ele não foi (e nem poderia ter sido, já que sequer é conhecido) citado.

Por todo o exposto, reformo a sentença, para excluir do polo passivo da lide o Sr. Luiz Hebert Silva Motta ou quem venha a ocupar o cargo de diretor-presidente da CTS.

MÉRITO

**LEGALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DE PARTE DO COMANDO SENTENCIAL.**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

A recorrente defende que a bilhetagem corresponde a atividade meio na exploração do serviço de transporte ferroviário. Argumenta que a venda de bilhetes aos passageiros tanto é prescindível ao transporte ferroviário, que o mesmo funciona gratuitamente aos domingos. Neste sentido, aduz ter o art. 12, I, “b”, 4, do Regimento Interno, sido equivocadamente interpretado pela julgadora a quo.

Afirma que a terceirização busca proteger seu quadro de trabalhadores e tornar mais eficiente a gestão empresarial. Acrescenta existir no art. 2º do Regimento Interno autorização expressa à gestão indireta dos serviços públicos de transporte metroviário e ferroviário de passageiros.

Obtempera, ainda, que a jurisprudência utilizada para fundamentar a decisão guerreada trata de transporte rodoviário e não do ferroviário como no caso em apreço. Afirma haver grandes diferenças entre o trabalho realizado pelo cobrador de ônibus e o de trem.

Sustenta, por fim, a impossibilidade de cumprimento da parte do comando sentencial que determina a realização de concurso público, ante a caracterização da ré como empresa pública dependente, nos termos do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Traz o seguinte raciocínio: Mesmo que realizado o referido certame, a acionada dependerá do repasse de verbas pela prefeitura para que possa empossar os selecionados, já que não possui autonomia financeira. Arremata asseverando que a criação dos aludidos cargos públicos depende de autorização legal do Município.

Sem razão.

Não há dúvida de que a venda de bilhetes consiste em atividade-fim do empreendimento que visa explorar o serviço de transporte público ferroviário; e não se diga que por não ser cobrada a passagem nos dias de domingo, a bilhetagem corresponde a atividade prescindível.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto

Ora, malgrado o serviço de transporte público ferroviário seja explorado por empresa pública, e, portanto, não tenha o lucro como seu fim precípua, a fonte principal de seu custeio advém da venda das passagens. Ao optar por um sistema de transporte público baseado na cobrança de tarifa, e não gratuito, a municipalidade integrou entre as atividades nucleares a ser desenvolvida pela recorrida (empresa instituída com o fim de gerir este serviço) a de realizar a venda dos bilhetes.

Tanto é assim, que o Regimento Interno da acionada dispõe: “Art. 2º. A CTS tem por objeto planejar, projetar, construir, operar, manter, fiscalizar, explorar, direta ou indiretamente, os serviços públicos de transporte metroviário e ferroviário de passageiros, de competência ou delegados ao Município, e outros serviços, previstos no art. 4º da Lei 5.498/99, bem como comercializar marcar, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade”.

Enuncia, ainda, a referida norma, em seu art. 12, I, “b”, 4, como atribuição da empresa “coordenar e organizar a comercialização de passagens, vales, volumes e arrecadação de bilhetes”.

Também neste sentido, destaco que o PCS adotado pela acionada prevê a venda de bilhetes como tarefa a ser executada pelo administrativo operacional integrante dos seus quadros (fls. 383).

A atividade de bilhetagem não é eventual, como faz crer a recorrente. A venda de bilhetes integra o cerne do empreendimento por ela desenvolvido. Caso o serviço de transporte ferroviário fosse gratuito poder-se-ia defender esta tese, mas não o é, nem há previsão de ser.

Também é frágil o argumento segundo o qual integra os fins da empresa apenas a coordenação e organização da venda de bilhetes, mas não esta atividade em si. Aqui seria o mesmo que afirmar ser nuclear ao empreendimento apenas coordenar e organizar o transporte, mas não transportar.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

O art. 2º do Regimento Interno ao se referir à exploração direta ou indireta dos serviços, está autorizando a prática de concessão ou de permissão do serviço de transporte, conforme prevê o art. 175 da CF/88, e não a terceirização de qualquer espécie. A intermediação de mão-de-obra através de falsas terceirizações (só se pode falar propriamente em terceirização quando é deslocado à responsabilidade de um terceiro segmento secundário da empresa) é totalmente contrária à Constituição, a qual se fundamenta na dignidade da pessoa humana, na valorização do trabalho humano e na busca pelo pleno emprego.

A gratuidade do transporte aos domingos não retira a onerosidade do serviço, pois corresponde apenas a uma pequena parcela do serviço prestado. Se assim não o fosse, no transporte rodoviário a venda de passagens também seria dispensável, haja vista a gratuidade existente neste serviço para os idosos e os deficientes físicos.

O aresto utilizado pela magistrada de base como parâmetro jurisprudencial para a sua decisão, ao contrário de que alega a recorrente, trata de caso em todos os aspectos semelhante à situação sub judice. No processo 01083-2009-005-03-00-6, a 1ª Turma, do TRT1, julgou ilícita a terceirização da função de bilheteiro efetuado pela Companhia de Trens Urbanos – CBTU, a qual corresponde a nossa CTS na Cidade de São Paulo.

A recorrida tem natureza de empresa pública, estando, portanto, submetida ao regime jurídico de direito privado, em especial no que toca a suas relações trabalhistas, conforme preconiza o art. 173, § 1º, II, da CF/88. A determinação que vincula a criação de cargos públicos à autorização legal específica alcança apenas as relações de trabalho regidas pelo direito público (art. 61, § 1º, II, “a”, das CF/88), o que como visto, não é o caso dos autos.

O art. 1º do Regimento Interno vaticina que a acionada possui “patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira” (fls. 91). Diante desta disposição, não se encontra razão para caracterizar a



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

demandada como uma empresa estatal dependente, nos termos da lei de Responsabilidade Fiscal.

Como bem ressalta o recorrido, a ré não pode alegar carência de recursos para contratar diretamente o pessoal necessário para efetuar a venda dos bilhetes. Ela possui patrimônio próprio e autonomia financeira, não dependendo economicamente do Município. Ademais, os valores repassados para a empresa terceirizada, são mais do que suficientes para pagar diretamente os bilheteiros, pois com esta cifra a prestadora de serviços consegue não só pagar os salários e encargos sociais dos seus empregados responsáveis por substituir os bilheteiros, como também custear os seus gastos operacionais e, é claro, auferir lucro.

Mantenho.

DANO MORAL COLETIVO

Busca, também, a reforma da sentença recorrida, na parte em que a condenou ao pagamento de indenização por dano moral coletivo.

Alega que o fato de determinada conduta contrariar preceitos constitucionais, não é suficiente para caracterizar lesão à esfera extrapatrimonial.

Afirma inexistir prova de que alguém ou alguma coletividade tenha sido submetida a dor, a sofrimento psíquico ou a forte abalo emocional em decorrência da terceirização do serviço de bilhetagem.

Arremata que o mero aborrecimento ou dissabor não gera lesão extrapatrimonial.

Postula, subsidiariamente, “que seja minorado o exorbitante valor de R\$ 10.000,00” arbitrado para a indigitada indenização.

Não merece acolhimento.

É incorreto afirmar que no caso dos autos o reconhecimento de dano moral coletivo se deu em razão do simples



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto**

descumprimento de preceitos constitucionais. A terceirização ilícita, não só contraria o nosso ordenamento jurídico, como infringe o patrimônio valorativo da comunidade envolvida.

A contratação de trabalhadores por pessoa interposta, negando-lhes o direito de integrar os quadros empresariais aos quais de fato pertencem e dispensando-lhes tratamento desprivilegiado em relação aos empregados que, apesar de executarem a mesma função que as suas, possuem vínculo regular e direto com o empregador, caracteriza lesão a interesse individual-homogêneo e extrapatrimonial dos obreiros.

Da mesma forma, a imposição de que toda uma categoria profissional (no caso a de bilheteiros do transporte ferroviário urbano da Cidade de Salvador) seja tratada com desprestígio, por ser fraudulentamente terceirizada, não possuindo o status de servidor público municipal, conforme ostentado pelos demais setores de pessoal da CTS, ofende a sua imagem e a sua honra objetiva, dando azo a dano moral de ordem coletiva.

Conforme se depreende da decisão do STJ abaixo transcrita, o dano moral coletivo prescinde da comprovação de dor ou sofrimento, bastando que haja prova da prática de conduta ilícita apta a afetar valores comuns de determinada coletividade:

“ADMINISTRATIVO - TRANSPORTE - PASSE LIVRE - IDOSOS - DANO MORAL COLETIVO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DOR E DE SOFRIMENTO - APLICAÇÃO EXCLUSIVA AO DANO MORAL INDIVIDUAL - CADASTRAMENTO DE IDOSOS PARA USUFRUTO DE DIREITO - ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA PELA EMPRESA DE TRANSPORTE - ART. 39, § 1º DO ESTATUTO DO IDOSO - LEI 10741/2003 VIAÇÃO NÃO PREQUESTIONADO.

1. O dano moral coletivo, assim entendido o que é transindividual e atinge uma classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem e à moral coletiva dos indivíduos enquanto síntese das individualidades percebidas como segmento, derivado de uma mesma relação jurídica-base.

2. O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto

suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos.

3. Na espécie, o dano coletivo apontado foi a submissão dos idosos a procedimento de cadastramento para o gozo do benefício do passe livre, cujo deslocamento foi custeado pelos interessados, quando o Estatuto do Idoso, art. 39, § 1º exige apenas a apresentação de documento de identidade.

4. Conduta da empresa de viação injurídica se considerado o sistema normativo.

5. Afastada a sanção pecuniária pelo Tribunal que considerou as circunstâncias fáticas e probatória e restando sem prequestionamento o Estatuto do Idoso, mantém-se a decisão.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1057274/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 26/02/2010). (sem grifos no original)

Ademais, cumpre salientar que a lesão extrapatrimonial, mesmo que individual, é in re ipsa, quer dizer, decorre da própria conduta, sendo desnecessária a comprovação dos efeitos dela advindos, pois presumidos. Assim, ao terceirizar ilicitamente o serviço de bilhetagem, a acionada causou dano moral aos bilheteiros homogeneamente considerados, à categoria dos profissionais de venda de bilhetes em trens, de maneira coletiva, e, difusamente, a toda a comunidade, aviltada que foi nos valores sociais do trabalho e da personalidade humana, por ela erigidos como fundamentais no pacto político firmado em 1988.

O valor arbitrado me parece mais do que razoável, levando-se em conta o tempo pelo qual a terceirização irregular se estendeu, o número de trabalhadores afetados diretamente, o grau de culpabilidade da ré e o seu porte financeiro (critério que garante o efeito pedagógico da condenação).

Confirmo a sentença, também neste particular.

Do exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para excluir do pólo passivo da relação processual o Sr. Luiz Hebert Silva Motta, mantendo os demais termos da sentença.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO
Gabinete Desembargador Paulino Couto

Acordam os Desembargadores da 5ª. TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, por maioria, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir do pólo passivo da relação processual o Sr. Luiz Hebert Silva Motta, vencida a Exma. Juíza Suzana Inácio Gomes que excluía da condenação a indenização por dano moral coletivo.

Salvador, 10 de Maio de 2011

PAULINO CÉSAR MARTINS RIBEIRO DO COUTO
Desembargador Relator